



MP quer investigar rombo de R\$ 500 milhões em Alagoas

O procurador federal Rodrigo Telles de Souza, da Procuradoria da República em Alagoas, decidiu pedir à Polícia Federal e ao Ministério Público Estadual que investiguem denúncias de irregularidades cometidas pelo governo do estado na renegociação das Letras do Tesouro Estadual, durante o final da primeira gestão do governador Ronaldo Lessa (PDT).

A denúncia foi feita pelo empresário paulista Antônio Carlos Santos Moraes, em setembro de 2006, ao procurador-geral da República, Antônio Fernando Souza, e distribuída para o Ministério Público Federal. Transformada em processo e enviada para Alagoas, a denúncia foi distribuída para o procurador da República Rodrigo Telles. A informação é da *Agência Estado*.

Segundo Moraes, as irregularidades na renegociação das Letras envolvem também o recebimento do deságio pago pelos credores dos títulos. “Se o credor aceitasse pagar o deságio de até 36% teria perda total”, afirmou o investidor, que atua no mercado de ações em São Paulo. Ele está brigando na Justiça para ser ressarcido em quase R\$ 10 milhões.

De acordo o empresário paulista, a negociata rendeu, supostamente ao governo Lessa cerca de R\$ 500 milhões. O ex-governador reconheceu que o estado ganhou dinheiro com a renegociação dos títulos, mas não soube precisar quanto. Segundo ele, o dinheiro conseguido com os credores dos títulos foi usado para pagar salários.

Para o autor das denúncias, há suspeita que os recursos tenham sido desviados para outros fins. Por isso, o MPF quer aprofundar as investigações. A PF e ao Ministério Público Estadual querem saber porque não foi feita a prestação de contas dos recursos conseguidos pelo governo Lessa na renegociação das Letras.

“Precisamos saber onde o governo aplicou esses R\$ 500 milhões da negociata das Letras, que quebrou o Estado, mas garantiu a reeleição de Lessa”, afirmou o advogado Richard Manso. Ele defende uma auditoria nas contas do estado, do governo Lessa para cá. “Só assim, termos idéia do tamanho do rombo causado aos cofres públicos”, justificou.

Date Created

22/07/2007